



**Entre encantos e desafios de Anã na Resex Tapajós-Arapiun (PA):
potencialidades em um contexto amazônico de floresta e rios**

**Between enchantments and challenges of Anã in the Resex Tapajós-Arapiuns
(PA) : potentialities in an Amazonian context of forest and river**

Adriane Panduro Gama¹

Tania Suely Azevedo Brasileiro²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a contextualização e caracterização de uma região amazônica particularmente de rios e de floresta, conhecendo um pouco do seu povo e sua cultura, identidade, relação e desafios em manter a floresta em pé e o seu direito de permanecer nesta região permeada por suas cadeias socioprodutivas a fim de relacioná-las com as práticas de bioeconomia ecológica circular da floresta e da sociobiodiversidade. A pesquisa foi desenvolvida à luz de pesquisa documental a partir do banco de dados do Projeto em rede internacional Climate-U PRAXIS UFOPA, no acervo bibliográfico do Projeto Saúde e Alegria e do ICMBIO, bem como a partir de olhares colaborativos entre as autoras e os comunitários de Anã, através principalmente do diário de bordo da primeira autora, buscando descrever os desafios e fortalezas cotidianas deste território tradicional, ainda que protegido está em constantes lutas comunitárias e com disputas territoriais em seu entorno. O estudo contribuiu para uma melhor compreensão dessa realidade amazônica contextualizada, buscando dialogar com a imersão de uma bioeconomia sustentável e inclusiva a partir da perspectiva ecológica circular neste complexo bioma amazônico.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas; Desenvolvimento sustentável; Cadeias socioprodutivas; Bioeconomia ecológica circular. Amazônia.

Abstract

This article aims to present the contextualization and characterization of an Amazon region, particularly rivers and forest, getting to know a little about its people and their culture, identity, relationship and challenges in keeping the forest standing and their right to remain in this region. region permeated by its socio-productive chains in order to relate them to the circular ecological bioeconomy practices of the forest and socio-biodiversity. The research was developed in the light of documentary research based on the database of the Climate-U PRAXIS UFOPA international network project, in the bibliographic collection of the Saúde e Alegria Project and ICMBIO, as well as from collaborative views between the authors and communities of Anã, mainly through the first author's logbook, seeking to describe the daily challenges and strengths of this traditional territory, although protected, it is in constant community struggles and with territorial disputes in its surroundings. The study contributed to a better understanding

¹ Doutoranda em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Mestre em Educação (PPGE/UFOPA). E-mail: adriane.biologa01@gmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4038-7986>.

² Pós-doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (IP/USP), doutora em Educação pela Universitat Rovira i Virgili (URV/Espanha). Professora Catedrática da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: brasileirovania@gmail.com. País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8423-4466>.



of this contextualized Amazonian reality, seeking to dialogue with the immersion of a sustainable and inclusive bioeconomy from a circular ecological perspective in this complex Amazon biome.

Keywords: River communities; Sustainable development; Socio-productive chains; Circular ecological bioeconomy; Amazon.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca apresentar a contextualização e caracterização de uma região amazônica particularmente de floresta e rios, conhecendo um pouco do seu povo e sua cultura, identidade, relação e desafios em manter a floresta em pé e o seu direito de permanecer nesta região. Trata-se da comunidade de Anã, território localizado na Reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, município de Santarém, região do oeste do Pará, às margens do rio Arapiuns.

Busca-se iniciarnesta introdução promovendo um dialogo autores que abordam a discussão de território e territorialidade, perpassando pelo uso e ocupação da terra e a constituição da identidade de suas populações. Neste sentido, Beck (1999) ressalta que cada grupo social, ou comunidade local, apropria-se das mais variadas maneiras na elaboração de suas redes sociais de identidades coletivas. Ao constatar a necessidade de pertencimento das pessoas em grupos sociais, Santos (2002) confirma que projetos comuns de desenvolvimento socioeconômico-cultural, onde as pessoas compartilham não somente seu território, constitui-se como um processo de formação e acesso à cidadania.

Martins (2010, p. 19) vai destacar que “A territorialidade interliga três dimensões do mundo: o real, as sensações e as representações. As relações são mesmo idearias e matérias e carregam em seu âmago as representações que o sujeito tem do mundo”. A territorialidade possui sistemas de representações, teias que permitem a existência do sujeito no lugar vivido. Assim,

O conceito de territorialidade refere-se, então, as relações entre um individuo ou grupo social e seu meio de referencia, manifestando nas varias escalas geográficas – uma localidade, uma região e um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito do espaço geográfico. Em nível individual, territorialidade refere-se ao espaço social imediato, que em muitos contextos culturais e considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (Albagali, 2004, p. 28 *apud* Martins, 2010, p. 19).



Quanto à Saquet (2008, p. 129), particulariza afirmando que “A territorialidade significa relações diárias momentâneas, que os homens mantêm entre si, com a natureza interior e com a natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente”. Assim, Martins (2010, p. 20) especifica que “Cada territorialidade é única, mas se abre para uma multiplicidade de identidades que nela se revela. Há que se dizer que existe nesta concepção a oportunidade do “habitar-em” e do com-viver.”.

No entanto, “As reflexões apontam que o “direito de ficar” “impõe condicionalidades (restrições e novas práticas) que nem sempre foram democraticamente discutidas, mas que alteram o modo de vida que justificou a permanência das pessoas em seu território” (Silva, 2019, p. 2). Embora os arranjos conservacionistas criem reais oportunidades “[...] de justiça territorial (o direito de ficar), impõem dificuldades para a efetivação da justiça socioambiental, o que envolve reconhecer a legitimidade dos diferentes usos que essas populações fazem dos bens naturais” (Silva, 2019, p. 2).

Por sua vez, o que Moscovici (2007) chama de polimerização da ecologia – o movimento político-ecológico que colocou a natureza no centro do debate por uma cultura de vida em oposição a uma cultura de morte – colaborou para a emergência e consolidação de um contradiscurso político-epistêmico em defesa do papel que as sociedades tradicionais desempenham, historicamente, na proteção de seus ecossistemas. Bensusan e Prates (2014) anunciam que pesquisas analisam as dinâmicas sociais ambientais e os manejos ancestrais, praticados por esses grupos, com o objetivo de mapear sua participação na diversificação da biodiversidade e na manutenção das florestas em pé.

Entretanto, Rezende, Canalez e Fraxe (2017) afirmam que na expansão do capitalismo, todas as escalas de degradação ambiental foram intensificadas e, com isso, os países do "terceiro mundo" começaram a encontrar estratégias para mitigar impactos do atual sistema econômico. Neste sentido, Ioris (2000) indica que uma das estratégias do Brasil em resposta a pressões de organizações ambientais internacionais foi a criação de áreas protegidas, que são unidades territoriais demarcadas com a finalidade de preservação ou conservação ambiental.

À propósito, Silva *et al.* (2010, p. 343) “[...] confirmam que muitas dessas comunidades ribeirinhas são marcadas por acentuado grau de isolamento e exclusão



social”. Os autores defendem que com pouca organização social, baixo poder de influência política, e distanciados dos grandes centros decisórios, os ribeirinhos são incluídos forçadamente nas políticas públicas gerais governamentais que desconsideram as especificidades de seu modo de vida.

Além disso, Silva (2019) anuncia que até recentemente indígenas, quilombolas e seringueiros, incluindo os caboclos amazônicos, assim como outras sociedades tradicionais, não dispunham de nenhum dispositivo legal que lhes assegurasse o direito às terras onde habitam. Mudanças nesse cenário se devem à criação de importantes instrumentos jurídicos, tais como: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000), o Decreto n. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPECT); o Decreto n. 8.750/2016, que institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entre outros.

Em vista disso, ressalta-se o fato de que as questões ambientais são inseparáveis das sociais e econômicas, sendo que o reconhecimento de problemas e as soluções eficazes para os territórios são aqueles que não subestimam o aspecto social. Quanto ao campo do conhecimento de áreas protegidas, não é diferente, pois, [...] os gestores, a maioria do tempo, não consegue conciliar o aspecto social com problemas ambientais” (Rezende, Canalez; Fraxe, 2017, p. 64).

Para tanto, Moura e Castro (2012) ressaltam que um dos relevantes significados contemporâneos da Amazônia trata do respaldo político de sua diversidade ambiental, social e econômica. Com ênfase mundial sobre a questão ambiental, ela destaca-se como atual cenário dos dilemas da modernidade na busca de modelos alternativos de desenvolvimento.

Diante de uma trajetória de projetos desenvolvimentistas na região amazônica, apresentando modelos defasados, exploratórios e predatórios, especialmente em territórios originários e tradicionais, questiona-se neste texto como as comunidades tradicionais, através do reconhecimento de seus territórios e de suas territorialidades, permeados pelos seus processos de organização social, especialmente em locais de alta vulnerabilidade socioambiental e econômica, podem fortalecer boas práticas de bioeconomia ecológica circular da floresta e da sociobiodiversidade?



Após esta introdução, o artigo está estruturado em três, a seção seguinte é a metodologia da pesquisa apresentada, sua abordagem e procedimentos adotados. Depois, apresenta-se os resultados das análises documentais dos processos históricos desse contexto amazônico desde a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns à construção da Vila de Anã com suas atuais relações sociais, ambientais e econômicas, perpassadas pela caracterização, gestão e organização comunitárias. Finaliza-se com reflexões deste resiliente território amazônico, com a imersão de uma bioeconomia sustentável e inclusiva a partir da perspectiva ecológica circular.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida à luz de estudos e pesquisas documentais, com base no banco de dados do projeto em rede internacional Climate-U PRAXIS UFOPA³, no acervo bibliográfico do Projeto Saúde e Alegria (2012, 2015) e do ICMBIO (2022), buscando descrever desde o contexto histórico amazônico até a atual caracterização, gestão e organização comunitária de Anã, delineada pelas suas potencialidades - entre encantos e desafios cotidianos deste território ribeirinho e tradicional.

Ressalta-se que as informações analisadas do banco de dados do projeto Climate-U PRAXIS UFOPA estão diretamente relacionadas a aplicação do Questionário Agenda Cidadã (Relatório Climate-U PRAXIS UFOPA, 2023) com 84 famílias de Anã, através da visita a suas próprias residências, no período de maio a setembro de 2022. Todos os participantes envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Outro procedimento de levantamento documental, a partir de olhares colaborativos e formadores de conhecimentos entre a primeira autora e os comunitários de Anã, sob a orientação da segunda autora, através do seu diário de bordo da pesquisa doutoral e conversas cotidianas durante os encontros mensais na comunidade nos anos de 2022 e 2023, traduzidos em mapeamento de uma trajetória

³ O Climate-U PRAXIS UFOPA é um projeto de pesquisa vinculado a Rede internacional "*Transforming Universities for a Changing Climate* – CLIMATE-U", organizado pela *University College London* (UCL), e realizado por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa PRAXIS UFOPA/CNPq, coordenado pela Profa Dra Tania Brasileiro, líder deste Grupo de pesquisa, e orientadora da tese doutoral da pesquisadora principal, integrada a este projeto.



narrativa territorial concatenada com o saber e viver comunitário anaense, registrados no âmbito do Climate-U PRAXIS UFOPA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DA IMERSÃO COLABORATIVA EM ANÃ

O histórico da primeira Reserva Extrativista da região do Baixo Amazonas, abordando os desafiantes movimentos de sua criação e seu atual contexto territorial e organizacional faz parte dos resultados, bem como se revela como é percorrida a história da formação da Vila de Anã a partir da sua cosmovisão encantada, desdobrando-se até as atuais relações sociais, ambientais e econômicas perpassadas pela caracterização, gestão e organização comunitárias, considerando suas infraestruturas coletivas, parceiros sociais e suas principais cadeias socioprodutivas, a fim de reconhecer suas potencialidades - entre encantos e desafios e contribuir com o delineamento das estratégias bioeconômicas ecológicas circulares nesta região amazônica paraense.

Resex Tapajós-Arapiuns – A luta pela floresta em pé e seu povo unido!

Principais acontecimentos da ocupação neste território amazônico:

Em várias regiões da Amazônia, particularmente na região do Baixo Amazonas, onde encontra-se o município de Santarém, já existiam áreas ocupadas, como a foz e o médio Tapajós, por diversas etnias como as do Tapajós e dos Mundurucus, sendo grandes populações indígenas registradas pela expedição de Francisco de Orelhana, nos anos 1542. Contudo, nos anos 1616, ao conseguir controlar essa região, os portugueses começaram a utilizar o trabalho escravo indígena para exportar produtos da floresta conhecidos como “drogas do sertão” (cravo, cacau, óleos etc) (ICMBIO, 2022).

Posteriormente, a partir das vilas oriundas de antigas aldeias indígenas, das missões religiosas jesuítas (início dos anos 1653) e de agrupamentos criados no período da cabanagem (1835-1840), que mais tarde agregaram migrantes e colonos de diferentes origens, formando as atuais comunidades ribeirinhas. Sendo que seu



modo de vida tradicional se baseia na prática do extrativismo, na agricultura familiar, na transmissão oral de saberes que orientam seus cuidados com a natureza e sua luta pelo território (CEAPS, 2015).

A partir dos anos 1850, houve uma disputa por borracha produzida do látex da seringueira (da espécie *Hevea brasilienses* L.) para a fabricação industrial de pneus, até iniciar a produção de borracha na Ásia. Além disso, durante décadas, a região forneceu diversos produtos extrativistas, como castanha e borracha; até os anos 1960, navios vindos de Belém (capital do Pará) aportavam nas comunidades de Surucua, Boim e São Luís, no Alto Tapajós, para embarque da produção e desembarque de mercadorias (CEAPS, 2015).

Essa região oeste do Pará, onde localiza-se a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, também chamada “Resex Tapajós-Arapiuns”, na década de 70 também fez parte do projeto de integração de desenvolvimento da Amazônia durante o governo militar, pois realizavam levantamentos de estudos a fim de elaborar políticas de ocupação e desenvolvimento nesta região. À propósito, em 16 de junho de 1970 foi lançado o Projeto de Integração Nacional (PIN) liberando recursos financeiros para a abertura das rodovias BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica), e para investimentos na região, com projetos de desenvolvimento agrícola, sob o lema “integrar para não entregar” (ICMBIO, 2022).

O Projeto Radam (Radar da Amazônia), executado entre os anos de 1970 e 1985, no âmbito do Ministério das Minas e Energia, foi responsável pelo mapeamento de recursos naturais da Amazônia, com uma exploração predatória, resultando em várias extinções de espécies, dentre elas o Pau-Rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke). Em tempos mais recentes, nos anos 2000, o Plano BR-163 Sustentável tornou-se a primeira experiência apoiada nas bases do Plano Amazônia Sustentável (PAS), em busca de um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia (ICMBIO, 2022).

Processo histórico da criação da Resex Tapajós-Arapiuns

Com uma forte repercussão quanto ao avanço da ocupação e da conversão de florestas em pastagens ou monoculturas na Amazônia, movimentos ambientalistas do Brasil, iniciados ainda no período do governo militar, incentivaram e promoveram



discussões para a criação de uma política ambiental que favorecesse a criação de áreas protegidas. Desse modo, nos anos 1980 e 1990 foram encadeados uma sequência de políticas públicas e instrumentos jurídicos que regulamentavam, de fato, o uso e ocupação nesses territórios (ICMBIO, 2022).

Nessa direção, devido anos de luta pela permanência nas áreas que estavam sendo ocupadas por pecuaristas na Amazônia, bem como uma relevante pressão do Movimento dos Seringueiros, após a morte do seringueiro ativista Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, na década de 90, o Brasil criou as primeiras reservas extrativistas, dentre elas a Resex Chico Mendes, através do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990 (ICMBIO, 2022).

Em janeiro do mesmo ano, o Decreto nº 98.897 definiu as Reservas Extrativistas como espaços territoriais destinados à sua população quanto a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis. Este documento ainda garantiu o direito real de uso, através do Contrato de Concessão Real de Uso, previsto no artigo 7, do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei 11.481/2007, que assegurou o direito pleno das comunidades tradicionais para o uso de seus territórios (ICMBIO, 2022).

Ainda com todas essas construções de leis ambientais no país, a Resex Tapajós-Arapiuns teve a sua existência marcada também pelo histórico de lutas, especialmente durante a década de 80, pelos residentes das duas regiões - Arapiuns e Tapajós. Em prol de garantir o direito de viver e proteger este território, os moradores apoiados, à princípio, pelas entidades ligadas às questões de conflito fundiário em Santarém, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴, a qual mobilizou junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) em Brasília, a primeira articulação sobre a criação dessa Resex (ICMBIO, 2022).

A partir daí foi constituído o Grupo de Trabalho (GT-RESEX) que promoveu seminários e encontros para fortalecer a criação da Resex Tapajós-Arapiuns. Esse GT foi composto, dentre outras organizações, pelas associações comunitárias, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e

⁴<http://www.arquidiocesedesantarem.org.br/organismos/3/comissao-pastoral-da-terra-cpt>



Comunidades Tradicionais (CNPT/IBAMA)⁵ e por organizações não-governamentais, dentre elas: Grupo de Defesa da Amazônia (GDA)⁶, Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC)⁷, Projeto Saúde e Alegria (PSA)⁸, CPT e AJURYKABA (ICMBIO, 2022).

Após sérios embates com as empresas madeireiras Amazonex Exportadora Ltda (pelo lado do rio Tapajós) e Santa Isabel Agroflorestal Ltda (pelo rio Arapiuns), as quais pretendiam avançar na exploração dessa área, as comunidades se uniram em prol da defesa e demarcação de suas terras. Com destaque para a unificação das duas associações intercomunitárias, criadas com o objetivo de garantir a legalização fundiária: AIRAMA (Maró e Aruã – rio Arapiuns) e YANÉ-CAETÉ (Nossa Floresta – rio Tapajós) (CEAPS, 2015).

Em meio a debates divergentes sobre essa criação, a Resex Tapajós-Arapiuns foi constituída pelo Decreto s/nº de 06/11/1998, sendo considerada uma das maiores unidades de conservação da natureza do Brasil, com uma área total de 647.610 hectares, bem como a mais populosa do país, com cerca de 4.853 famílias e 23 mil habitantes, em 78 comunidades (ICMBIO, 2022). Com essa implementação formalizada, vários grupos decidiram assumir a identidade de etnias indígenas, tais como: Arapium, Kumaruara, Tupinambá, Maytapu, Munduruku, Tupaiú, Cara-Preta e Arara Vermelha. Logo em seguida foi criada a Organização das Associações dos Moradores da Reserva Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA), representante legal em defesa de viver e produzir nesta reserva (CEAPS, 2015).

Ao abranger uma múltipla diversidade nos aspectos socioambientais, considerando as populações tradicionais e suas culturas, bem como a fauna e flora local, essa Reserva torna-se um território marcado além das dimensões geográficas, pelas relações humanas, ambientais, econômicas, políticas e culturais. Esta Unidade de Conservação (UC) encontra-se em dois municípios do Oeste do Pará: situada a oeste de Santarém e a noroeste de Aveiro. O acesso a essa reserva acontece somente por via fluvial. Saindo de Santarém pelo rio Tapajós, o trajeto é cerca de uma hora de lancha até a comunidade mais próxima (52 km), a Vila Franca (CEAPS, 2015).

⁵<https://www.icmbio.gov.br/cnpt/>

⁶<https://www.grupodefesaambiental.com.br/>

⁷<http://www.ceapac.org.br/instituicao.php>

⁸<https://saudeealegria.org.br/>



Organização da Resex Tapajós-Arapiuns

A Resex Tapajós-Arapiuns é uma Unidade utilizada por comunidades tradicionais e indígenas, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e por um Conselho deliberativo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área (CEAPS, 2012). Essa gestão compartilhada de forma interinstitucional é fundamental para que haja a viabilização de recursos e projetos às comunidades a fim de atender as demandas locais e o protagonismo dos atores sociais locais, como as mulheres e os jovens (ICMBIO, 2022).

Este Conselho Deliberativo da Resex, criado em 10 de maio de 2004, através da Portaria 50, teve sua composição alterada duas vezes, em 2016 e 2018. O colegiado delibera sobre projetos e outras atividades relacionadas com a gestão desta UC. É notável a atuação de organizações comunitárias desde o processo de criação e implementação de gestão da Resex, destacando a Associação-Mãe TAPAJOARA, ao representar politicamente as 78 comunidades da UC, e o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), criado em maio de 2000, representando os indígenas do Baixo Tapajós, com suas aldeias localizadas na Resex Tapajós-Arapiuns (ICMBIO, 2022).

Quanto a atuação do poder público nesta reserva, destacam-se além do ICMBio, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que executa a política indigenista junto às etnias, e o Sistema Único de Saúde (SUS), que disponibiliza serviços de atenção básica com apoio do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Secretarias Municipais de Saúde e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Com relação a Educação, além das escolas públicas municipais, os ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA) implementaram o PRONATEC-Bolsa Verde, que promove cursos de capacitação (ICMBIO, 2022).

Desde outubro de 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu a Resex Tapajós-Arapiuns, permitindo o acesso dos moradores as políticas públicas destinadas aos beneficiários da reforma agrária, como às linhas



de Crédito, Instalação do INCRA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “A”. Os principais instrumentos de Gestão da Resex Tapajós-Arapiuns são o Plano de Manejo (aprovado nos anos 2014), Acordo de Gestão, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e o Perfil da Família Beneficiária (publicado nos anos 2019), definindo os critérios para identificar as famílias beneficiárias da UC e Conselho Deliberativo (ICMBIO, 2022).

As comunidades buscam se organizar em coordenações comunitárias e associações, formais e informais, além de intercomunitárias. Os extrativistas também se organizaram para facilitar a comercialização de seus produtos em cooperativas, como a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (ASCOPER), Cooperativa das Oficinas Caboclas do Tapajós (OCT), Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Maró (COOPERAMARO), Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú (COOPRUNÃ) e Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE) (ICMBIO, 2022).

O associativismo e o cooperativismo surgem a partir da necessidade de defesa do território e melhoria da qualidade de vida dos comunitários, como o manejo florestal comunitário, praticado por meio de cooperativas. É o instrumento de legalização e gestão da floresta, que garante sua conservação. Já o extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e a produção agrícola, são sistemas de produção que contribuem com a segurança alimentar (açai, uxi e farinha) e geração de renda (andiroba, copaíba, cupuaçu e artesanato); a fruticultura vem se destacando na região por ser uma das principais atividades agrícolas nesta Resex (ICMBIO, 2022).

Ao incorporar o Turismo de Base Comunitária (TBC), verifica-se o crescimento da diversificação produtiva e a necessidade de apoio técnico para a sua continuidade. À propósito, o TBC é considerada uma atividade geradora de renda neste território, operacionalizada pelas associações comunitárias, na Resex, sendo que a Cooperativa Turiarte também oferece um pacote turístico. O TBC trata-se de uma atividade pilar para outras fontes de renda, como por exemplo, o artesanato. Contudo, necessita de aperfeiçoamento da organização social e formação contínua dos comunitários (ICMBIO, 2022).

A pesca artesanal e a caça são práticas centenárias utilizadas para alimentação e renda. A piscicultura ainda é pouco utilizada devido ao alto investimento de capital



(ICMBIO, 2022). Assim, existem recursos naturais disponíveis nesta Resex, mas continua com poucas alternativas de geração de renda, uma vez que os desafios ainda permanecem para uma população que necessita de muitas melhorias para continuar a fortalecer a sua cultura com melhor qualidade de vida (CEAPS, 2015).

Diante da desafiante trajetória de reconhecimento territorial e organizacional das comunidades dessa Resex, faz-se um recorte contextual da comunidade de Anã, por ser *lócus* da pesquisa sobre a bioeconomia ecológica circular da floresta, trazendo desde o encanto de suas belezas naturais, a representatividade de atores sociais históricos, que contribuíram com a defesa do seu território e que ainda buscam evoluir com suas experiências comunitárias nos aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicas.

Moanã – Começando pela história do encantado de Anã

De acordo com relatos dos antigos moradores de Anã, e em particular da comunitária ativista e contadora de história anaense Maria Odila, Moanã foi um dos primeiros nomes dado a esta comunidade nos anos 1902, com a chegada do sr. Ivo Godinho, que tinha origem portuguesa. Seu Ivo se casou com Severina, uma indígena da etnia Arapium, e foi morar numa grande área de terra preta. Nesse tempo, eles eram nômades, pois dependia de comida para sobreviver, então, quando a comida acabava partiam para outro lugar, ficando seis meses em Anã e seis meses navegavam pelo rio (CEAPS, 2012).

A partir dos anos 1935, esse casal começou a permanecer por mais tempo em Anã e, assim, a comunidade começou a ser povoada e crescer. Destaca-se que esse território já era ocupado por pessoas de descendência indígena, sendo que, ao longo dos anos, migrantes e colonos chegavam de outras regiões neste local, espalhando-se pelas colônias e cabeceiras do lago Piquenique (CEAPS, 2012).

Na década dos anos 1950, vieram também os franciscanos americanos na região. Maria Odila relata que nesta época Anã também era conhecida como Piquiá, por causa da existência de um grande piquazeiro, que era vista de longe e tinha algumas casas que ficavam debaixo dele. Contudo, nos anos 1958, um desses padres, ao avistar somente três casas neste local, ainda que já existissem casas mais



longe e nas cabeceiras, perguntou sobre o nome desse lugar e um morador respondeu: Piquiá. Mas o padre afirmava que se um dia essa árvore morresse, onde estariam os outros piquizeiros? Então, os comunitários lembraram que cada cabeceira tinha um encantado, que os antepassados dos moradores o cultuavam, cultuavam a natureza, e o pajé confirmava que existia um Moanã, o ser encantado. Portanto, tanto o padre como os moradores sugeriram que colocasse uma parte desse nome para ser o nome oficial desta comunidade, conta Maria Odila.

Neste tempo, existia o sr. Manuel Antônio, conhecido como um dos Xamãs⁹ desta região; morava distante e foi a partir dele que começa a história do Moanã, pois ele confirmava que existia um ser encantado naquele território, com corpo de cobra e morava na ponta do lago, muito respeitado, especialmente pelos antigos, descrevia Maria Odila. Moanã era o protetor do lago e quando alguém desrespeitava esse ambiente, pescando demasiadamente ou abusava da natureza, o ser o perseguia à noite, e pessoas da comunidade confirmavam que os cachorros latiam muito durante esse acontecimento. Assim, até os dias atuais, ainda existem pessoas que acreditam que ele continua a proteger a comunidade devido acontecer fatos inexplicáveis na comunidade (CEAPS, 2012). Segundo a narrativa de Maria Odila, seu pai falava assim: “Essas coisas não fazem mal para nós, só se mexermos com ele, podemos todos viver juntos”.

Nos anos 1962 já existiam 17 famílias, e vieram as primeiras professoras para a escola local, levantaram o primeiro barracão comunitário para acontecer diversas atividades de reza, festas e da escola, e ainda escolheram a imagem da Nossa Senhora de Fátima como a padroeira da comunidade (CEAPS, 2012). Daí passou o tempo, esqueceu-se o nome Piquiá e a comunidade começou a chamar Anã, mas as pessoas falavam de diversas formas com várias grafias. Quando Odila saiu de sua terra nos anos 71, já era conhecida por Anã, e quando retornou para casa, na década de 80. Nos anos 1999, foi criada a primeira associação de produtores de Anã, tendo como primeiro presidente da comunidade o sr. Reinaldo, e a liderança foi chamada para registrar o nome da comunidade; no cartório foi decidido escrever esse nome na

⁹ Em todas as sociedades humanas que apresentam formas de ritualismo mágico-religioso, indivíduo escolhido pela comunidade para a função sacerdotal, frequentemente em decorrência de comportamentos incomuns ou propensão a transe místicos, e ao qual se atribui o dom de invocar, controlar ou incorporar espíritos, que favoreceriam os seus poderes de exorcismo, adivinhação, cura ou magia (Dicionário Oxford).



língua Tupi Guarani, colocando um “til” na letra “a”, decidindo, por fim, homenagear o encantado protetor Moanã (CEAPS, 2012).

Maria Odila ainda relata que atrás desse nome “Anã” existem muitas simbologias para os comunitários. Professoras da Universidade de São Paulo (USP) de Estudos Amazônicos, ao visitar esta comunidade disseram que Anã significa encanto porque Moanã era um ser encantado, retirando o “Mo” (ser), ficou “Anã”, (encantado). Assim, o significado da comunidade é encanto, e Odila ainda ressalta que “[...] por isso as pessoas daqui é um povo muito feliz, acolhedor e não é qualquer comunidade que tem sorrisos e alegria igual em Anã, é a força da natureza, força do cosmo sideral”. Para essa moradora amazônica diz que “O nome Anã é tão pequeno, mas ela é tão grande com conhecimentos, amor, projetos e prosperidade. Então, se torna ainda maior e encantada, porque estamos em Anã, ela tá aberta, ela existe!”, ressalta Maria Odila.

Realidades territoriais de Anã – Debaixo da floresta tem vida, tem gente!

Localização e organização social da Comunidade de Anã

A comunidade de Anã, considerada um dos polos da Resex Tapajós-Arapiuns, está localizada na região oeste paraense, às margens do rio Arapiuns, afluente do rio Tapajós, possuindo uma área de 1.956 hectares, fazendo limites com as comunidades vizinhas Vila Franca e Raposa, pelo Arapiuns, e Maripá, chegando ao outro lado da Resex, no rio Tapajós (CEAPS, 2012). Na figura 1, encontra-se ilustrada sua localização geográfica nesta Resex.

Figura 1 - Localização da Comunidade de Anã na Resex Tapajós Arapiuns.



Fonte: CEAPS (2024).

Anã com seus atrativos naturais tem faixas de preservação, entre igarapés e trilhas, e áreas de produções e de conservação, com zonas de capoeiras e de floresta secundária em diferentes estados de geração, e algumas partes com mata primária, conforme o uso racional e sustentável (CEAPS, 2012). Esta comunidade só tem acesso exclusivamente fluvial, está aproximadamente 60 km distante do município de Santarém – PA, em média quatro horas a cinco horas de barco.

Organização social de Anã

Com aproximadamente 86 famílias, nesta comunidade moram pessoas autodeclaradas, em sua maioria, pardas e uma parte menor da população se reconhece indígena (PRAXIS UFOPA, 2023), com a aldeia Anã/Arumã já reconhecida pelo CITA e FUNAI, confirma Gecinara Godinho, uma das representantes indígenas de Anã. Na zona central de Anã, a maioria das famílias reside na comunidade há mais de dez anos, sem documento de propriedade, pois moram numa reserva extrativista, de região de terra firme (PRAXIS UFOPA, 2023).

As famílias de Anã possuem renda ou benefício mensal distribuído pelos programas sociais, serviços públicos e aposentadoria pública. Ou seja, uma parte dos moradores é aposentado, autônomo e servidor público contratado, especialmente, pela escola e pelo posto de saúde; há também algumas famílias que possuem



pequenos comércios, são prestadores de serviços de transporte marítimo, pescadores e trabalhadores rurais, com agricultura familiar. Outros comunitários trabalham com extrativismo tradicional relacionado com a madeira (PRAXIS UFOPA, 2022).

De acordo com uma das lideranças de Anã, a organização comunitária de Anã possui duas Associações: Associação dos Produtores Rurais de Anã (APRONÃ), que ampara todas as famílias e projetos da comunidade, criada nos anos 90 e ligada diretamente a TAPAJOARA e a Associação Piscicultores e Agroextrativistas da Comunidade de Anã (APAA), atendendo 23 famílias de piscicultores e com o trabalho coletivo conseguiram legalizar e gerenciar o barco da comunidade.

Nas duas associações existem um aspecto relevante quanto a igualdade de gênero, garantindo a participação feminina, sendo quem coordena a água, tesoraria e transporte são as mulheres. Como grupos sociais, destaca-se o Coletivo Jovens de Anã (CJA) e Grupo Mulheres Sonhadoras em Ação (MUSA) (PRAXIS UFOPA, 2022). Além disso, Anã faz parte da Organização das Associações das Comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA) e está sob a gerência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Infraestruturas coletivas e familiares

Os moradores têm suas casas próprias com quintais, de alvenaria, cedidas pelo INCRA desde 2003 (dois quartos, uma sala, uma cozinha, um “jirau”¹⁰ e um banheiro interno) (PRAXIS UFOPA, 2023). As lideranças de Anã destacam que os moradores possuem também um espaço de terra mais distante da comunidade, chamado de centro ou colônia, onde fazem propriamente o seu roçado, sendo que as colônias mais próximas ficam a 1km, e as mais distantes são de 5km, de 10 minutos a 1 hora de percurso de bicicleta, de moto fica de 03 minutos a 30 minutos, e caminhando gasta de 20 minutos a uma hora e meia. Alguns moradores, por opção, mantêm ainda seus banheiros fora da casa e algumas delas tem ainda suas antigas moradias de madeira e palha por achar que elas são mais ventiladas (ver figura 2).

¹⁰Armação feita com pedaços de madeira usada como apoio para lavar louças, comidas ou até mesmo roupas, muito usado pelas pessoas nas comunidades.

Figura 2 – Moradias da comunidade de Anã.



Fonte: Acervo do Projeto Climate-U PRAXIS UFOPA (2023).

Conforme as lideranças de Anã, há outras infraestruturas coletivas na comunidade, são elas: 01 posto de saúde, 03 igrejas (Católica, da Paz e da Assembleia de Deus), 01 sede comunitária da APRONÃ, a Casa MUSA e a Pousada Paraíso para visitantes (ver figura 3).

Figura 3 – Mosaico de fotos com Posto de saúde, sede comunitária e igreja católica de Anã.



Fonte: Arquivo da primeira autora (2022).

A região da Resex Tapajós-Arapiuns ainda não possui energia elétrica pública, sendo que nesta comunidade existem dois geradores de luz a diesel como a principal fonte de energia, utilizados pelos moradores durante três horas e meia pela noite, a

partir das 19h, para iluminar casas e postes públicos. Os moradores pagam um valor simbólico mensal de cinquenta (50) reais por família para a Associação, sendo a tesoureira da APRONÃ responsável tanto por comprar o óleo/combustível para o gerador manter a energia na comunidade como para a manutenção desse equipamento. Além disso, já existe o incentivo do uso de energia fotovoltaica, com placas solares doadas por parceiros sociais, sendo elas instaladas na escola, na pousada, no telecentro e na casa da MUSA, e compradas por algumas casas familiares.

O principal abastecimento de água dos domicílios é o microssistema de água comunitário (ver figura 4) construído em parceria com o PSA, nos anos 2005, o qual contribuiu ainda na construção de pedras (fossas) sépticas para o esgoto de banheiros, apesar de não ter uma rede de esgoto na comunidade. As famílias de Anã também pagam uma mensalidade de quinze (15) reais para a Associação, como fonte de recursos para possíveis consertos deste sistema de água. Mensalmente, as famílias de Anã ainda pagam uma taxa de contribuição para a tesoureira da APRONÃ referente as despesas da comunidade e da associação, como exemplo, a ida do Presidente para participar de reuniões na cidade e para compras de alimentação para os trabalhos comunitários.

Figura 4 – Mosaico de fotos do Barcos de linha, da Casa MUSA e do microssistema de água de Anã.



Fonte: Arquivo da primeira autora (2022).

Os meios de transportes mais utilizados para o deslocamento interno e no entorno são: bicicleta, canoa, bajara, moto, lancha e a pé (PRAXIS UFOPA, 2022) e, devido as dificuldades de acesso à região, além de ter um barco comunitário da APRONÃ - Josué Yeshuah, e um barco familiar - Matheus Felipe, todos de linha regular, navegando durante a semana, entre idas e voltas, entre Anã e Santarém-PA, ou ocasionalmente, alugados para fretes, confirmam as lideranças da comunidade (ver também figura 4).

Quanto aos resíduos sólidos, a comunidade ainda vive esse desafio, pois, apesar de acondicionarem o lixo domiciliar em recipientes fechados (na maioria, em sacolas de plásticos), não existem coletores de lixo e nem realizam, de modo geral, a coleta seletiva, a não ser por iniciativas da escola local ou por puxirum comunitário realizado pela Associação de moradores. Os resíduos são, na maioria, queimados e enterrados, ou jogados em terrenos baldios e lixões, em locais mais distante da comunidade. Existem famílias que conseguem separar metais, vidros e plásticos, e ainda fazer o reaproveitamento dos resíduos orgânicos, produzindo adubos em seus quintais (PRAXIS UFOPA, 2023).

Escola da comunidade de Anã

Com relação a escola de Anã - Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, é um anexo da Escola Estadual de Ensino Médio São Felipe (em Santarém) e oferta o ensino médio através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) (ver figura 5). Esta escola é composta por 132 alunos (82 alunos do ensino fundamental e 50, do ensino médio) de Anã e de comunidades próximas (Maripá, Vila Franca e Raposa) e de servidores públicos da educação (diretora, professores, supervisora, secretária, educadores alimentares e colaboradores de serviços gerais), destacadas pela diretora da escola (PRAXIS UFOPA, 2023).

Figura 5 – Escola de Anã e o espaço onde será construída uma quadra de esporte.



primeira autora (2022).

Fonte: Arquivo da

No ano de 2023 iniciou a reforma e ampliação da escola, com a construção do primeiro ginásio poliesportivo da Resex, com apoio da Prefeitura de Santarém, e mão de obra de comunitários. Essa Escola possui edificações de alvenaria, telhado de barro, cozinha, refeitório, banheiro, lancha escolar.

A Escola é um dos principais pilares de conhecimento, apoio e de parcerias sociais. O avanço nesta Escola cresceu, todos os funcionários do ensino fundamental são filhos da comunidade, somente os professores do ensino médio são de outras regiões. Neste ambiente escolar ocorrem temporadas de intercâmbios culturais com escolas dos EUA e do Rio de Janeiro (Colégio Santo Inácio de Loiola), inclusive o último encontro ocorreu em 2022, professores e alunos deste Colégio instalaram painéis solares na Escola de Anã. Além disso, alunos que vem de fora vivenciam com os alunos anaenses visitas nas trilhas na mata, banhos no rio e no igarapé, jogam futebol e festejam com apresentações de saraus.

A Escola também é uma promotora de eventos socioeducativos, realizando Seminários de Cidadania Ambiental e incentivo à cultura e visitas às cadeias socioprodutivas, bem como participa de concursos de cunho educativo da SEMED e do ICMBIO, destaca uma das lideranças da comunidade.

Comunicação e cultura comunitárias

No que se refere a comunicação, é significativo destacar que as fontes informacionais principais são o rádio canal aberto (AM/FM), a televisão, as reuniões comunitárias e a internet, com limitações e instabilidades pelo clima na região (PRAXIS UFOPA, 2023).

Anã possui um telecentro comunitário (ver figura 6) em parceria com o PSA, inaugurado nos anos 2016, recebendo 09 computadores, sendo que o acesso à internet só funcionou em junho de 2018, em parceria com a Tapajoara, PSA e Ministério das Comunicações. Este telecentro dispõe de uma placa solar instalada e doada em parceria com o PSA nos anos 2021, a qual sustenta a energia das lâmpadas e dois roteadores de internet.

Figura 6 – Telecentro comunitário de Anã.



Fonte: Acervo do Projeto Climate-U PRAXIS UFOPA (2023).

Até os anos 2022 este telecentro manteve esses computadores antigos funcionando de forma básica, com 02 pontos de internet comunitários, um deles via satélite pelo Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), e um outro, recentemente, recebido pela Secretaria de Turismo de Santarém. As famílias fazem um pagamento mensal para a coordenadora do telecentro, no valor de R\$5 reais para o acesso à internet e ainda contribuir com a manutenção do espaço. Existe ainda mais um ponto de internet na escola, via satélite, relatam as lideranças de Anã. Algumas famílias já têm internet própria, via provedores privados.

Cultura, esporte e lazer comunitários

As lideranças comunitárias relatam que, especialmente, os jovens e crianças jogam vôlei com frequência na escola como lazer ou na aula de educação física. Existem 02 campos de futebol e 02 times de futebol (Clube Comunitário e Cruzeiro), sendo que este último possui uma sede esportiva própria. Há festas coletivas dos clubes de futebol, sendo que a do Cruzeiro acontece no último sábado de cada mês e a do Clube Comunitário é realizada na segunda semana do mês. Existem festividades como as festas culturais comunitárias, festas juninas e a conferência das células da Igreja da Paz. Pela igreja católica, tem a comemoração de sua padroeira Nossa Senhora de Fátima, nos meses de maio e outubro de cada ano.

Um dos símbolos marcantes de Anã é o trapiche de madeira na frente da comunidade, que faz a recepção acolhedora de boas-vindas. Além dele, existem o famoso lago do Pequinique, igarapés com águas transparentes e trilhas ecológicas, como exuberantes espaços naturais que rodeiam Anã (ver figura 7).

Figura 7 - Território da Comunidade de Anã (entrada principal, campo de futebol e escola).



Fonte: Arquivo da autora principal (2022).

Existem ainda as lendas mais contadas, tais como a do Curupira, do Boto e Moanã, bem como a existência de muitos contadores de histórias, destacando-se Raimundo Alves, Francisco Godinho, Pedro Godinho, Reginalva Godinho, Raimundo Inácio, Renata Godinho, Antônio Ilson (CEAPS, 2012), além de Maria Odila, Aldair Godinho e Danilo Godinho.

Parceiros socioambientais



As famílias de Anã, de certo modo, aceitam participar de ações que beneficiam a comunidade, coordenadas pelas associações de moradores e ICMBio e, continuamente, é atendida por vários projetos socioambientais externos, especialmente pelas ONGs, seguido pelos movimentos sociais, Universidades, outras instituições de ensino e filantrópicas, internacionais e nacionais (PRAXIS UFOPA, 2022).

Neste sentido, Anã tem como principais parceiros sociais: o ICMBio, a TAPAJOARA e o PSA, pelo programa Floresta Ativa e pelo Centro Experimental Floresta Ativa (CEFA), juntamente com o apoio de diversos parceiros financiadores e de cooperação técnica, como The Nature Conservancy (TNC), pelo qual foram entregues alguns equipamentos para MUSA (motor, extrusora) e Amazone-se, uma Ong que gera recursos e desenvolve trabalhos na região amazônica, oportunizando serviços que fortalecem a produção, a gestão e a comercialização de produtos da agricultura familiar e do extrativismo, com o uso sustentável dos recursos naturais, propondo a melhoria da renda e a inclusão social da população (CEAPS, 2015).

Além disso, a Cooperativa TURIARTE trabalha com 11 comunidades do rio Arapiuns, co-gerencando o turismo comunitário em Anã, colaborando com o incentivo para a produção de alimentos que são consumidos na pousada comunitária (peixes, galinhas, ovos, farinha, fruta e hortaliças) e que vem oferecendo uma culinária vegana e vegetariana (CEAPS, 2015). Também a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) tem sido parceira em várias ações, sendo que desde o ano de 2022 o Projeto Climate-U PRAXIS UFOPA tem contribuído com a comunidade através de formações socioambientais e socioeconômicas, além do apoio para a construção da primeira praça da sustentabilidade digital localizada ao lado do Telecentro. Estas formações socioambientais e socioeconômicas, vinculadas a pautas de enfrentamentos às mudanças climática e em busca de soluções através de justiça climática e ações climáticas, estão integradas também a tese doutoral sobre bioeconomia ecológica circular da floresta. Além disso, vem promovendo educação científica a alunos do ensino básico, nomeados de Vagalumes da Floresta, através do fomento com bolsas de iniciação científica, com a participação de um professor tutor também bolsista do

referido projeto, oportunizando a troca de conhecimentos e o crescimento mútuo entre pesquisadores do grupo de pesquisa PRAXIS UFOPA e os comunitários de Anã.

Destaca-se que após mais de um ano de formações, seminários e encontros do Projeto Climate-U PRAXIS UFOPA, dentro e fora da comunidade, nos anos 2022 e 2023, aconteceu uma extrema seca na Amazônia, atingindo, também, diretamente Anã (ver figura 8), e toda essa região de floresta e rios, em que lideranças comunitárias e bolsistas ressaltaram a importância de se ter dialogado sobre mitigação e adaptação as mudanças climáticas através deste Projeto.

Figura 8 - Vista aérea da comunidade de Anã no início da extrema seca na Amazônia em 2023.



Fonte: Leo Bastoz (2023).

Cadeias socioprodutivas ativas de Anã

A comunidade de Anã apresenta seis ativas cadeias socioprodutivas ativas, reconhecidas também como projetos comunitários. São elas: duas tradicionais (agricultura familiar e pesca artesanal) e quatro consideradas inovadoras (Meliponicultura, Piscicultura, Turismo de Base Comunitária e Artesanato em Madeira), ilustradas na figura 9, a seguir.

Figura 9 - Cadeias socioprodutivas de Anã.





Fonte: Adriane Gama e Juliano Lamb (2022).

As tradicionais são as cadeias primárias de subsistência e de geração de renda familiar que atendem as necessidades básicas, com a pesca regional e a produção principalmente de mandioca e seus derivados. Com base nos registros feitos durante visitas a comunidade, constata-se que as atividades da Pesca artesanal são realizadas em locais reservados, como no lago Piquenique, sendo que a maioria desses pescadores está associado na Colônia de Pescadores Z-20, uma Organização Sindical dos Pescadores Artesanais de Santarém, no Estado do Pará. Já a Agricultura familiar acontece em seus roçados, chamados por eles de centros, e nas casas de farinha. Na maioria das vezes os agricultores vendem seus produtos por encomenda, evitando os atravessadores.

As cadeias consideradas inovadoras nesta pesquisa referem-se aos projetos comunitários diversificados de produção introduzidos em Anã, ao longo de duas décadas nesta região (CEAPS, 2012).

A piscicultura em Anã, narrada pelos seus primeiros piscicultores, inicia com o primeiro projeto experimental de peixe em tanque rede pela Associação, nos anos 1999, pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), sendo, em seguida, realizada pelo grupo de mulheres de Anã com o projeto “Tambaqui Mulher”.

A meliponicultura é a atividade de criação de abelhas nativas sem ferrão em caixas de madeira, realizada desde 2004, com formações técnicas para as famílias que fazem parte do grupo Melipomel (CEAPS, 2012).

Nos anos 2008, o PSA elaborou o projeto “Ecoturismo de Base Comunitária no Pólo Tapajós”, com o intuito de fomentar e consolidar o turismo de base comunitária nessa região ribeirinha, ganhando visibilidade nas políticas do Estado. Esse projeto priorizava formação e vários intercâmbios dos moradores com outros lugares que já atuavam com TBC e, a partir daí, esse projeto de turismo foi aderindo conforme a realidade local amazônica, resultando nas criações da Pousada e da TURIARTE.



Já a cadeia do artesanato em madeira iniciou-se no final de 2021, com uma proposta do professor Danilo Godinho, que retorna a comunidade depois de 40 anos morando em Santarém, PA. Com o espaço cedido da MUSA, o professor iniciou os trabalhos de marcenaria com jovens na fabricação de portas, cadeiras e outros móveis simples, e com os resíduos das peças, teve a ideia de fazer o aproveitamento da madeira através do artesanato, atraindo inicialmente um público infanto-juvenil, através da arte e da reutilização da madeira.

Desse modo, ao apresentar esse peculiar multicenário ribeirinho, a intenção foi de aproximar ainda mais o leitor desse texto a essa resistente e resiliente e desafiante realidade amazônica que tornou-se *lócus* de estudo sobre a bioeconomia ecológica circular da floresta.

REFLEXÕES FINAIS

Este artigo trouxe reflexões sobre o contexto amazônico ribeirinho e de como é importante fortalecer espaços democráticos que sejam amparados por instrumentos de lei, sendo substancial os movimentos organizados, mobilizados e políticos, para a criação de uma reserva extrativista, e o quanto as lideranças e comunitários, juntamente com parcerias de organizações não-governamentais, podem tornar-se forças de enfrentamento coletivo sob pressões externas.

Contudo, ainda que territórios originários e tradicionais possam está protegidos por leis federais, permanecem em constantes lutas comunitárias e com disputas territoriais em seu entorno. Diante dessa construção de lutas e de demandas políticas, sociais, ambientais e econômicas por garantir o direito a seu território, é essencial consolidar um desenvolvimento sustentável nessa região de floresta e rios com a resiliência e resistência do seu povo.

Assim, esse estudo contribuiu para uma melhor compreensão das informações de uma realidade amazônica contextualizada, enfatizando a forma de como os olhares colaborativos entre pesquisadoras e comunitários puderam trabalhar em conjunto para revelar o seu território e sua territorialidade, a fim de dialogar com a imersão de



uma bioeconomia sustentável e inclusiva a partir da perspectiva ecológica circular neste complexo bioma amazônico.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) da UFOPA, a Rede Internacional Climate-U, através do Grupo de Estudos e Pesquisa PRAXIS UFOPA e a Comunidade de Anã pelo apoio no desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília, IEB/Mil Folhas, 2014.

CEAPS. **Prazer em conhecer:** Anã – Rio Arapiuns. Santarém: CEAPS - Projeto Saúde e Alegria, 2012. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Cartilha-An%C3%A3_FINAL-1.pdf. Acesso em: 20 maio. 2024.

CEAPS. **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns:** prazer em conhecer/ Fábio Pena (organização); Giuliana Henriques. Santarém: CEAPS - Projeto Saúde e Alegria, 2015. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Almanaque-Resex-paq-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

CEAPS. **Mapa de Anã.** 2024.

ICMBIO. **O Rio que nos une:** uso & gestão na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. ANDRADE, D. F. C. de, SPÍNOLA, J. N., (organizadores). [livro eletrônico]. Brasília, DF : Instituto Chico Mendes – ICMBio, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/outros/JackelineSpndola27892compressed.pdf>. Acesso em: 5 maio. 2024.



MARTINS, G. I. Existir como natureza, viver numa cultura: pensar e habitar com novas territorialidades. **Geo UERJ** - Ano 12, no. 21, v. 2, 2010.

MOSCOVICI, S. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro, Instituto Gaia. 2007.

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. M. R. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. XV, n. 2. p. 23-50. mai.-ago. 2012.

PRAXIS UFOPA. **Relatório do Projeto Climate-U PRAXIS UFOPA**. 2023. Disponível em: https://www.climate-uni.com/_files/ugd/f81108_cff028a02fe54cbd9fde937f58981daa.pdf. Acesso em: 5 maio. 2024.

REZENDE, M. G. G., CANALEZ, G. de G., FRAXE, T. de J. P. Protected Areas in the Amazon: forest management, conflict and social participation. **Acta Scientiarum**. Humam and Social Sciences. Maringá, v. 39, n. 1, p. 63-70, Jan.-Apr., 2017.

SAQUET, M. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Ed. ULBR A, 2008.

SILVA, A. T. R. Áreas protegidas, populações tradicionais da amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 34. n° 99. 2019.

SILVA, S. S. C., PONTES, F. A. R., SANTOS, T. M.; MALUSCHKE, J. B.; MENDES, L. S. A. REIS, D. C.; SILVA, S. D. B. Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos: Uma Possibilidade de Investigação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 26 n. 2, pp. 341-350. Abr-Jun, 2010.

Submetido em: 20/05/2024.

Aprovado em: 17/06/2024.

Publicado em: 01/07/2024.

Autoria:

Autora 1

Nome: **Adriane Panduro Gama**

Breve currículo: Doutoranda em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA), Mestre em Educação (PPGE/Ufopa), Especialista em Educação Ambiental e Sociedade, Meio



Ambiente e Desenvolvimento na Amazônia (UFOPA) e em Educação Ambiental em espaços sustentáveis (UFPA). Bióloga e pesquisadora do Projeto em rede internacional Climate-U PRAXIS UFOPA, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa PRAXIS UFOPA/CNPq.

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará

E-mail: adriane.biologa01@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4038-7986>

País: Brasil

Autora 2

Breve currículo: Professora Catedrática da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotada no Instituto de Ciências da Educação (ICED) e docente permanente dos programas de pós-graduação: doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) e doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE), além do mestrado acadêmico em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ). Pós-doutora em Psicologia (IP/USP), Doutora em Educação (Universidad Rovira i Virgili/ Espanha), título revalidado na FE/USP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa PRAXIS UFOPA/CNPq.

E-mail: brasileirotania@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8423-4466>

País: Brasil